

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.151 - SP (2019/0353923-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : MONTI MARE PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : SÉRGIO TADEU DE SOUZA TAVARES - SP203552
REQUERIDO : BURBERRY BRASIL COMÉRCIO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS LTDA.
REQUERIDO : LACOSTE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
REQUERIDO : LVMH FASHION GROUP BRASIL LTDA
REQUERIDO : NIKE DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA
REQUERIDO : BURBERRY LIMITED
REQUERIDO : CHANEL SARL
REQUERIDO : CHRISTIAN DIOR COUTURE
REQUERIDO : GOYARD ST-HONORE
REQUERIDO : HUBLOT SA
REQUERIDO : SPORLOISIRS S.A.
REQUERIDO : LOUIS VUITTON MALLETTIER
REQUERIDO : LVMH SWISS MANUFACTURES
REQUERIDO : NIKE INNOVATE C.V.
ADVOGADOS : MARCIA APARECIDA ORTIZ DO AMARAL MOURÃO - SP103773
RODRIGO GIANNI CARNEY E OUTRO(S) - SP208528
PEDRO HENRIQUE FORMAGGIO JORGE - SP299714

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL AINDA SEM APRECIÇÃO DA ADMISSIBILIDADE NA ORIGEM. INCOMPETÊNCIA DO STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça não detém competência jurisdicional para apreciar pedido de tutela provisória referente a recurso especial recém

2. Incidência, por analogia, dos óbices dos enunciados das Súmulas n.º 634/635/STF.

3. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *tutela provisória* apresentada por MONTI MARE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. visando agregar efeito suspensivo a recurso especial, pendente de juízo de admissibilidade, interposto

Superior Tribunal de Justiça

contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ementado nos seguintes termos:

Ação de obrigação de fazer cumulada com pleito indenizatório – Marca – Cerceamento de defesa, conexão, ilegitimidade passiva e falta de interesse de agir – Não ocorrência – Litisconsórcio passivo necessário – Rejeição – Responsabilidade da administradora do centro comercial pela comercialização ilegal de produtos contrafeitos – Danos morais “in re ipsa” – Manutenção do valor – Astreintes – Valor suficiente e adequado às peculiaridades da causa – Honorários recursais – Fixação – Recurso desprovido.

Em suas razões, a parte recorrente alegou presente a verossimilhança recursal, bem como presente o perigo na demora da análise do recurso. Reiterou as mesmas razões expostas em seu recurso especial, no sentido do cerceamento de defesa. Postulou conhecimento e deferimento liminar do efeito suspensivo ao recurso especial interposto, suspendendo, assim, o cumprimento provisório que tramita na origem.

É o relatório. Decido.

Trata-se de *tutela provisória* visando agregar efeito suspensivo a recurso especial pendente de juízo de admissibilidade.

Em tais circunstâncias, compete à origem a apreciação do presente pedido, que lá deverá ser formulado previamente.

Pela sistemática do antigo Código de Processo Civil, a competência do Superior Tribunal de Justiça para a apreciação de ação cautelar com o objetivo de conceder efeito suspensivo a recurso especial instaurava-se, a rigor, após a realização do juízo de admissibilidade no Tribunal de origem, consoante se infere, por analogia, das Súmulas n.º 634 e 635 do STF, transcritas a seguir, respectivamente:

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem."

"Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do

Superior Tribunal de Justiça

seu juízo de admissibilidade."

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRA INDEFERIMENTO LIMINAR DA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO AINDA NÃO INTERPOSTO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ACÓRDÃO RECORRÍVEL NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. PRETENSÃO INADMISSÍVEL NO STJ. ADEQUADA DEDUÇÃO DO PEDIDO NA ORIGEM.

1. Esta Corte Superior não detém competência para atribuir efeito suspensivo a recurso especial ainda não interposto, máxime quando nem sequer prolatado, na instância de origem, o acórdão hipoteticamente impugnável.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na MC 24.094/PE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 19/05/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL A QUO. INCOMPETÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL AINDA NÃO INTERPOSTO. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA LIMINARMENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Conforme asseverado na decisão agravada, a medida cautelar requerida não deve ser direcionada ao STJ, pois, ainda, não detém competência jurisdicional para apreciação do pedido, considerando que não houve interposição de recurso especial. Acrescente-se que estão pendentes embargos de declaração perante o Tribunal a quo.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg na MC 23.516/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 15/12/2014)

A partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, passou-se a prever a possibilidade de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial por simples petição nos autos, diretamente ao presidente, ou vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão, conforme explicita o art. 1.029, § 5º, III:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 1.029. *O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão:*

(...)

§ 5º *O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido:*

I – ao tribunal superior respectivo, no período compreendido entre a publicação da decisão de admissão do recurso e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-lo;

(...)

III – ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do recurso, assim como no caso de o recurso ter sido sobrestado, nos termos do art. 1.037.

Assim, mostra-se incabível o pedido de tutela de urgência diretamente perante esta Corte.

Ante o exposto, não conheço do pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator